



JOÃO PAULO OLIVEIRA

Direito
ELEITORAL



NA **MEDIDA CERTA**
PARA
CONCURSOS

10^a Edição

revista, atualizada
e ampliada

2024



 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

O48d Oliveira, João Paulo.
Direito Eleitoral na Medida Certa para Concursos / João Paulo
Oliveira – 10. ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Juspodivm, 2024.

272 p.

ISBN: 978-85-442-4748-8.

1. Direito Eleitoral. 2. Justiça Eleitoral. 3. Partidos Políticos. 4.
Concurso Público. I. Oliveira, João Paulo. II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL
Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

10.ª ed., 2.ª tir.: jan./2024; 3.ª tir.: mar./2024.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	17
CAPÍTULO 1	
DIREITO ELEITORAL.....	19
1.1. Conceito	19
1.1.1. Competência legislativa em matéria eleitoral	20
1.1.2. Fontes do Direito Eleitoral.....	20
1.2. Direitos políticos.....	21
1.2.1. Suspensão e perda de direitos políticos	22
1.2.1.1. Perda de naturalização por sentença transitada em julgado	23
1.2.1.2. Incapacidade civil absoluta.....	24
1.2.1.3. Condenação criminal por sentença transitada em julgado	25
1.2.1.4. Recusa de cumprir obrigação a todos imposta.....	25
1.2.1.5. Improbidade administrativa	26
1.3. Sufrágio.....	26
1.3.1. Voto	27
1.3.1.1. Características do voto	27
1.4. Princípio da anualidade	28
CAPÍTULO 2	
JUSTIÇA ELEITORAL.....	29
2.1. Criação e características	29
2.2. Membros da Justiça Eleitoral	30
2.3. Tribunal Superior Eleitoral.....	31
2.4. Tribunais Regionais Eleitorais	38
2.5. Juízes eleitorais	43
2.6. Juntas Eleitorais	46

CAPÍTULO 3

MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	49
3.1. Conceito	49
3.2. Procurador-Geral Eleitoral	49
3.3. Procurador Regional Eleitoral.....	50
3.4. Promotores Eleitorais	51

CAPÍTULO 4

ALISTAMENTO ELEITORAL	53
4.1. Conceito	53
4.2. Procedimento	58
4.3. Domicílio eleitoral	61
4.3.1. Transferência eleitoral	63
4.4. Título eleitoral.....	65
4.5. Cadastro de eleitores.....	67
4.6. Cancelamento e exclusão de eleitores	67
4.6.1. Das hipóteses de cancelamento.....	68
4.6.1.1. Ofensa ao art. 5º do Código Eleitoral.....	68
4.6.1.2. Ofensa ao art. 42 do Código Eleitoral	69
4.6.1.3. Pluralidade de inscrições eleitorais.....	69
4.6.1.4. Falecimento do eleitor	72
4.6.1.5. Perda e suspensão de direitos políticos.....	72
4.6.1.6. Deixar de votar em 3 eleições consecutivas	73
4.6.2. Processo individual de cancelamento de inscrição eleitoral.	75
4.7. Revisão do eleitorado.....	77

CAPÍTULO 5

ELEGIBILIDADE.....	81
5.1. Conceito	81
5.2. Hipóteses constitucionais de elegibilidade.....	82
5.2.1. Nacionalidade brasileira	82
5.2.2. Pleno exercício dos direitos políticos	82
5.2.3. Alistamento eleitoral.....	83
5.2.4. Domicílio eleitoral na circunscrição	83
5.2.5. Filiação partidária.....	83

5.2.5.1. Situações específicas	84
5.2.5.2. A situação dos militares	86
5.2.6. Idade mínima.....	88
5.3. Outras hipóteses de elegibilidade.....	89
CAPÍTULO 6	
INELEGIBILIDADE	91
6.1. Conceito	91
6.2. Reeleição	92
6.3. Desincompatibilização.....	94
6.4. Inelegibilidade por parentesco.....	102
6.5. Inelegibilidade absoluta	106
CAPÍTULO 7	
SISTEMAS ELEITORAIS.....	113
7.1. Conceito	113
7.2. Sistema majoritário.....	113
7.3. Sistema proporcional.....	116
7.3.1. Sistema proporcional de listas abertas.....	123
CAPÍTULO 8	
REGISTRO DE CANDIDATURAS	125
8.1. Processo eleitoral.....	125
8.2. Convenções partidárias.....	125
8.2.1. Candidatura nata	127
8.3. Registro de candidatura.....	128
8.4. Variação nominal no registro	139
8.5. Substituição de candidatos	141
CAPÍTULO 9	
ARRECADAÇÃO E GASTOS EM CAMPANHA ELEITORAL.....	143
9.1. Arrecadação e gastos eleitorais.....	143
9.2. Limite de gastos.....	143
9.3. Arrecadação na campanha eleitoral	144
9.3.1. Fontes de arrecadação	149
9.3.2. Fontes vedadas de doação para campanha eleitoral.....	153

9.3.3. Dos gastos de campanha.....	155
9.4. Prestação de contas	157

CAPÍTULO 10

PROPAGANDA POLÍTICO-PARTIDÁRIA.....	161
10.1. Conceito	161
10.2. Propaganda partidária	162
10.2.1. Dos Objetivos.....	163
10.2.2. Das formas de veiculação da propaganda partidária	163
10.2.3. Das proibições na propaganda partidária	165
10.3. Propaganda intrapartidária.....	167
10.4. Propaganda eleitoral.....	168
10.4.1. Conceito, objetivos e termo inicial	168
10.4.2. Da propaganda proibida.....	171
10.4.3. Da proibição da propaganda eleitoral nos bens públicos e nos bens de uso comum.....	173
10.4.4. Da propaganda em bens particulares	175
10.4.5. Da realização da propaganda eleitoral.....	176
10.4.6. Da propaganda eleitoral no dia da eleição	179
10.4.7. Da propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens	180
10.4.8. Da propaganda na imprensa escrita.....	181
10.4.9. Da propaganda no rádio e na televisão.....	182
10.4.9.1. Dos debates.....	184
10.4.9.2. Do horário eleitoral gratuito.....	187
10.4.9.2.1. Divisão do tempo entre candidatos	192
10.4.9.2.2. Propaganda por inserção	193
10.4.10. Propaganda eleitoral através da Internet	194
10.5. Poder de polícia na propaganda eleitoral.....	198
10.6. Direito de resposta	199

CAPÍTULO 11

ELEIÇÕES	203
11.1. Introdução	203
11.2. Seções eleitorais	203
11.2.1. Localização das seções eleitorais.....	204

11.2.2. Proibições	205
11.3. Mesa receptora.....	206
11.3.1. Fiscalização	207
11.4. Garantias eleitorais.....	208
11.5. Eleição	209
11.6. Diplomação	211

CAPÍTULO 12

PARTIDOS POLÍTICOS	213
12.1. Conceito	213
12.2. Personalidade jurídica	213
12.3. Criação e registro dos partidos políticos	215
12.4. Estrutura interna dos partidos políticos.....	222
12.5. Cláusula de barreira	225
12.6. Coligações partidárias	227
12.7. Federações Partidárias	229
12.8. Filiação partidária.....	231
12.9. Da perda de filiação	232

CAPÍTULO 13

AÇÕES ELEITORAIS	235
13.1. Ações Eleitorais Típicas	235
13.2. Ação de Impugnação ao registro de candidatura.....	236
13.2.1. Legitimidade.....	237
13.2.2. Rito.....	238
13.2.3. Consequências da ação	239
13.3. Ação de Investigação Judicial Eleitoral	239
13.3.1. Legitimidade.....	240
13.3.2. Rito.....	240
13.3.3. Consequências da procedência da ação	242
13.4. Representações Especiais.....	242
13.4.1. Representação por ilícitos cometidos em arrecadação e gastos em campanha eleitoral.....	243
13.4.2. Representação por captação ilícita de sufrágio	243
13.4.3. Representação por condutas vedadas a agentes públicos em campanha	244

13.4.4.	Resumo das representações especiais.....	245
13.5.	Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo.....	246
13.5.1.	Legitimidade.....	247
13.5.3.	Rito.....	247
13.4.4.	Consequências da procedência da ação.....	248
13.5.	Recurso Contra Expedição de Diploma.....	248
13.5.1.	Legitimidade.....	249
13.5.2.	Rito.....	249
13.5.3.	Consequências da procedência da ação.....	249

CAPÍTULO 14

RECURSOS ELEITORAIS.....	251	
14.1.	Prazo.....	251
14.2.	Efeito suspensivo.....	252
14.3.	Recursos em Espécie.....	256
14.3.1.	Recurso contra decisões dos juízes eleitorais.....	256
14.3.2.	Recursos contra decisões das juntas eleitorais.....	259
14.3.2.1.	Dos recursos parciais.....	259
14.3.2.2.	Recurso inominado.....	260
14.3.3.	Recurso contra as decisões do TRE.....	260
14.3.3.1.	Recurso parcial.....	260
14.3.3.2.	Embargos de declaração.....	261
14.3.3.3.	Recurso especial.....	263
14.3.3.4.	Agravo.....	266
14.3.3.5.	Recurso ordinário.....	267
14.3.3.6.	Agravo interno / regimental.....	268
14.3.4.	Recursos contra decisões do TSE.....	268
14.3.4.1.	Recurso extraordinário.....	269
14.3.4.2.	Agravo.....	269
14.3.4.3.	Recurso ordinário.....	270
14.3.4.4.	Agravo regimental.....	270
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	271	